

Considerações sobre o estudo da Antiguidade Clássica no Brasil

Renata Senna Garraffoni^{1*} e Pedro Paulo Funari²

¹Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Rua General Carneiro, 460, 80060-150, Curitiba, Paraná, Brasil.

²Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: resenna93@hotmail.com

RESUMO. O objetivo central deste artigo é discutir a situação dos estudos acerca do mundo antigo realizados no Brasil, em especial o universo greco-romano. Argumentamos que a renovação dos estudos clássicos, em um contexto pós-moderno, é fundamental para repensarmos posturas acadêmicas diante do passado clássico e, também, reconsiderarmos o diálogo entre Universidade e escolas.

Palavras-chave: império romano, Pompeia, epigrafia.

ABSTRACT. *Studying classical antiquity in Brazil: an approach.* The aim of this article is to discuss some issues on studying Ancient History in Brazil, especially the Greek and Roman world. We argue that the renewal of classical studies, in the context of postmodernity, is important to rethink academic approaches to the ancient past and also to reconsider the dialogue between universities and schools.

Key words: roman empire, Pompeii, epigraphy.

Introdução

Em 2004, publicamos algumas reflexões, na coleção *Textos Didáticos* do IFCH-Unicamp (FUNARI; GARRAFFONI, 2004), acerca das dificuldades do ensino de História Antiga na escola. O texto, intitulado 'História Antiga na sala de aula', surgiu a partir de observações das nossas experiências daquele momento, em especial as dificuldades de encontrarmos instrumentos didáticos para o ensino da disciplina. Optamos, então, por selecionar um material que tratava de diferentes civilizações antigas, com o intuito de organizar um instrumento de fácil acesso e que, para, além disso, contemplasse discussões acadêmicas atualizadas em torno dos conceitos para o estudo do mundo antigo. Em um esforço conjunto, buscamos refletir sobre como a História Antiga poderia ser pensada como instrumento de reflexão histórico-crítica, útil para a carreira docente, em qualquer nível ou área de especialização.

A ideia central desse trabalho refletia, portanto, não só nossa experiência em cursos de História Antiga, como também, nossa preocupação com abordagens críticas aos modelos normativos e homogêneos de cultura e sociedade. Articulando teoria, estudos de casos, crítica à estrutura de livros didáticos e organizando um amplo catálogo com mapas, trechos de documentos escritos e materiais, buscamos apresentar apoio para que maneiras diversificadas de se pensar o mundo antigo fossem exploradas na sala de aula. Ao sugerir meios

alternativos para um ensino renovado do mundo antigo, visávamos, na ocasião, despertar o interesse de professores e alunos sobre a possibilidade pela produção autônoma do conhecimento. Assim, em nenhum momento do texto, tivemos a pretensão de apresentar roteiros de aulas, mas incentivar o uso de fontes primárias de fácil acesso em sala de aula com o intuito de construir conhecimento de maneira mais fluida e prazerosa para todos.

Passados alguns anos dessa experiência, notamos, com muita satisfação, que o campo de estudos de História Antiga no Brasil tem se desenvolvido a cada dia, com novas publicações e eventos realizados nas mais distintas partes do país. Embora esse novo contexto seja bastante promissor, notamos ainda um descompasso entre as produções acadêmicas e a prática na sala de aula, em especial no que se refere ao uso da cultura material como fonte de reflexão para alunos mais jovens. Assim, a ideia da presente reflexão é apresentar um balanço dos novos espaços acerca do ensino sobre o mundo antigo, em especial o greco-latino, bem como explorar a potencialidade da cultura material como meio de produzir reflexões críticas inerentes ao passado e ao presente.

O estudo sobre o mundo antigo nas universidades brasileiras: breves considerações

Pensar a produção brasileira acerca do mundo antigo no Brasil é, sem dúvida, bastante complexo. Considerando o desenvolvimento da área no país, nossa ideia aqui não é fazer um amplo histórico a

respeito das produções ou dos programas de pós-graduação envolvidos, mas propor alguns recortes para refletirmos sobre a importância dessa produção e o diálogo com os professores em sala de aula. Para tanto, lembramos uma reflexão de um de nós (FUNARI, 2006) sobre o ensino de História Antiga no Brasil, a qual chama a atenção para o fato de que, desde o início da década de 1960, se discutem quais temas e conteúdos os professores deveriam conhecer e desenvolver junto às escolas. O que ocorria naquele período é que havia pouquíssimos especialistas na área de antiga nas Universidades, então, geralmente o conhecimento era muito superficial, baseado em traduções de estudos de algumas correntes européias de pensamento. O pouco conhecimento dos estudos e as dificuldades em se acessar documentação primária acabaram por desprivilegiar o estudo e ensino de História Antiga. Tal situação fora acirrada pelos anos de ditadura atravessados pelo Brasil, nos quais as políticas institucionais nem sempre priorizaram as Humanidades.

No entanto, com a abertura política e com o restabelecimento dos direitos civis, o ensino de História, em geral, e da História Antiga, em particular, experimentaram novas possibilidades de desenvolvimento. Nesse sentido, se compararmos a produção das universidades brasileiras nas últimas duas décadas com o que tínhamos em 1960, o avanço e a diversificação das produções são rapidamente perceptíveis. Dezenas de profissionais se formaram durante esse período e se especializaram em cursos de pós-graduação, tanto aqui como no exterior, produzindo pesquisas científicas publicadas em artigos e livros de divulgação. Graças a espaços de debates atuantes como a ANPUH (Associação Nacional de História) e a SBEC (Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos) foi possível reunir professores universitários, pesquisadores e educadores para realizar sucessivos balanços acerca da situação das academias brasileiras, os problemas, avanços e conquistas no período após a abertura política, das dificuldades da realização de pesquisa sobre o mundo antigo, no Brasil, como a falta de cursos de línguas especializadas ou o acesso à bibliografia mais atual, mas também destacar exemplos de situações nas quais barreiras vinham sendo transpostas graças a esforços individuais e coletivos¹. Há importantes centros de pesquisa no campo, tais como, para citar

apenas alguns, o Laboratório de História Antiga da UFRJ, o Laboratório de Estudos sobre o Império Romano, o Centro do Pensamento Antigo da Unicamp, o Grupo de Pesquisa Antiguidade e Modernidade: História Antiga e Usos do Passado, o Laboratório de Arqueologia da PUCRS e o Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga, da USP.

A partir dessas discussões e encontros foi possível criar uma série de núcleos de pesquisas nas Universidades. A organização de grupos de pesquisas fora do eixo Rio/São Paulo, os desdobramentos dessas iniciativas estariam sendo percebidos na melhora do ensino e na formação profissional, que passava a preparar melhor os pesquisadores e, conseqüentemente, trazer mais apoio para professores do Ensino Médio, com publicações nacionais sobre o mundo antigo, algo raro até então. O fortalecimento dos espaços de discussão, seja na ANPUH como na SBEC ou nos centros de estudos sobre o mundo antigo espalhados pelo país, tem propiciado, portanto, a formação de especialistas e aberto campos para o estudo aprofundado seja tanto dos egípcios, mesopotâmicos, celtas, como da Antiguidade Greco-Romana.

Como temos atuado com maior ênfase no campo de estudos do mundo greco-romano, vamos focar nossas reflexões nessa área. A expansão do campo de estudo do universo greco-romano tem proporcionado, sem dúvida, maior diálogo com o Ensino Médio, produzindo investigações sobre as teorias e metodologias da educação, da Pedagogia e das Instituições educativas e, conseqüentemente, arejado o ensino nas escolas². No entanto, o estudo da cultura material ainda ocupa um espaço limitado, levando-se em consideração a importância que tem no âmbito internacional. Como assinalava Alföldy (1989), na década de 1980, não se pode conceber a História Antiga sem a Arqueologia. No caso brasileiro, muito embora as universidades tenham buscado contratar especialistas e investido em possibilidades de organizar as grades curriculares de maneira menos rígida, viabilizando o estudo das línguas clássicas e da Filosofia, auxiliando no conhecimento mais aprofundado dos textos greco-romanos e facilitando o acesso à leitura e interpretação das obras, é preciso lembrar que a leitura das obras canônicas dos autores antigos se tornou a perspectiva predominante e a atenção destinada à Arqueologia nem sempre correspondeu àquilo que ocorre nos centros internacionais.

¹Sobre tais debates, cf.: Gonçalves (1997) e Funari (1997). Também vale conferir uma série de estudos publicados *on line* em 2001, a partir da criação do GT de História Antiga, disponível em: <<http://www.heladeweb.net/Portugues/indexportugues.htm>>. Número especial: Anais do Grupo de Trabalho (GT) de História Antiga - Realizado no XXI Simpósio Nacional da ANPUH de 23 a 25 de julho de 2001 e Coord. por Gilvan Ventura da Silva (UFES).

²Como exemplo, ressaltamos aqui os esforços do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM) que todo ano organiza eventos e publicações sobre o tema, envolvendo professores universitários, pós-graduandos, graduandos e professores da rede pública de ensino fundamental e médio.

Em um primeiro momento, é possível pensarmos que a maior dificuldade seria o acesso à cultura material e aos sítios arqueológicos que, por definição, se encontram fora do Brasil, mas é preciso lembrar que alguns museus brasileiros, como o MAE/USP ou o Museu Nacional do Rio de Janeiro, possuem coleções de peças do mundo clássico, como cerâmicas e moedas, por exemplo, ainda pouco estudadas por pesquisadores brasileiros³. Neste contexto, acreditamos ser importante destacar que não se trata de um problema relacionado meramente ao acesso das fontes arqueológicas, mas a uma questão mais complexa, que diz respeito às maneiras como se concretiza o diálogo entre História e Arqueologia (GARRAFFONI, 2008, p. 49-51). Seria, portanto, mais um problema teórico-metodológico que prático, pois essa questão implica discutir a percepção de estudos clássicos na qual o estudioso é formado e sua postura diante da possibilidade ou não de concretizar este diálogo. Foi pensando nessa lacuna, que optamos por apresentar algumas considerações sobre o estudo da cultura material, pois acreditamos que a Arqueologia pode proporcionar instigante contribuição para pluralizar nossas percepções acerca do mundo romano. Para tanto, optamos por trazer aqui uma reflexão sobre a importância de se estudar a escrita não somente a partir dos textos produzidos pela elite romana, mas também pelas camadas populares.

A escrita no mundo romano

O estudo da escrita dos povos antigos nos faz refletir sobre as constituições culturais, políticas, sociais dessas sociedades, além de ser um campo interessante para pensarmos as relações que cada povo estabelecia com o ato de escrever. Essas diferenças se tornam mais claras quando exploramos sociedades distintas. Tomemos, como exemplo, a Mesopotâmia e Roma, pois as relações destes povos com a escrita se desenvolveram de maneiras distintas: enquanto na Mesopotâmia a escrita era de domínio dos escribas, em Roma, ela foi muito difundida, dada a importância que a ela foi atribuída. Nesse sentido, quando Bowman e Woolf (1998) perguntam qual a razão de estudarmos a escrita no mundo antigo, nos colocam um desafio: refletir sobre como os textos foram escritos e divulgados no mundo antigo e como eles poderiam indicar as artes de viver nessas sociedades.

No que tange ao universo romano, em especial o início do Principado, há uma longa tradição de estudos, bastante difundida nos meios acadêmicos

brasileiros, na qual se definem os escritos da elite como as principais fontes para apreendermos aspectos da cultura e sociedade romana. Esse viés de pensamento restringe as diversas formas de viver durante o Império romano às memórias desses homens vencedores pois suas visões de mundo moldaram a identidade romana como um todo e não consideraram a diversidade étnica e social do período.

No entanto, estudos mais recentes que questionam esse tipo de abordagem têm permitido pensarmos a escrita de maneira diferenciada (HINGLEY, 2005). Se considerarmos que o alfabeto latino era mais simplificado que o de outros povos antigos, como os mesopotâmicos, é possível pensarmos que mais pessoas tiveram acesso à escrita e deixaram registros diversos em muitas regiões do Império. Mais que detentora de um caráter sagrado e de domínio de poucos, em Roma, a escrita era de domínio de diferentes camadas da população, expressando diferentes visões de mundo e experiências cotidianas.

Para entendermos o processo de consolidação da escrita latina pelo mundo romano, é preciso compreendermos o processo de instrução durante o período imperial, foco de nossa atenção neste momento. Funari (2003a) argumenta que o termo *instructio*, origem da palavra instrução em português, deve ser entendido em um contexto mais amplo e não-restrito ao ensino formal romano. A razão desta afirmação se dá, pois, embora esse sistema seja conhecido para os membros da elite, pouco se sabe como se dava o processo de ensino para as camadas populares. Assim, mesmo que saibamos que havia o *ludus primi magistri*, o *ludus grammatici* e o ensino superior, conhecido como *rhetor*, frequentado pela aristocracia romana, é importante notarmos que possuímos grande quantidade de escritos de origem popular, mas poucos registros de como se dava o acesso ao ensino formal para essas pessoas, o que levou muitos estudiosos a pensarem que as capacidades de ler, escrever e contar não eram desenvolvidas somente na escola, mas poderia haver outros métodos que se perderam ao longo dos séculos (FUNARI, 2003a).

Neste sentido, para que compreendamos as formas particulares da escrita em latim vulgar e suas diferenças com o erudito, é preciso extrapolarmos o sentido de instrução e, para além da noção formal de ensino, devemos considerar tudo o que possa ser conhecido e interpretado pelas pessoas, sejam elas ricas, pobres, livres ou escravas. Se partirmos deste ponto de vista, instrução passa ser entendida como a capacidade de reflexão e cultura, como propôs Lévi-Strauss (2004), artes de viver. A instrução não pode,

³Com relação às moedas, Carlan chama a atenção para essa questão em vários estudos (CARLAN, 2006a; 2006b; 2007; 2008).

portanto, ficar restrita a uma única classe ou etnia, nem ser entendida como mais elaborada ou menos, mas entendida como representações de mundo particulares aos contextos aos quais pertencem. É a partir destas considerações que gostaríamos de comentar a potencialidade dos grafites pompeianos como meio alternativo de entendermos a relação com a escrita e suas formas de expressar as visões de mundo.

Os grafites de Pompeia: algumas considerações

Pompeia era uma cidade da Campânia romana, soterrada pelo Vesúvio no ano de 79 d.C. A particularidade deste sítio arqueológico ainda impressiona: a explosão do Vesúvio ajudou a preservar inúmeros aspectos cotidianos dessa cidade conquistada e administrada pelos romanos⁴. Embora Pompeia nos forneça uma ampla diversidade de aspectos da cultura material, nosso foco de análise se concentrará, nesta ocasião, nas paredes. Lendo estas paredes, nos deparamos com uma infinidade de aspectos pouco explorados: as pinturas se tornam importantes para estudarmos a arte de diferentes tendências e gostos, os grafites formam um rico universo que expressa a opinião pública e as preocupações cotidianas e as inscrições pintadas e oficiais nos alertam sobre as eleições locais ou sobre os espetáculos públicos.

Se as inscrições oficiais e pintadas como os cartazes eleitorais ou as propagandas aos espetáculos públicos nos levam a pensar aspectos sobre a política local ou facetas da organização dos espetáculos públicos, os grafites populares apresentam uma série de temas que podem ser transformados em rica fonte de análise sobre o cotidiano das camadas populares romanas. Assim, diferentemente das inscrições oficiais que eram pintadas para serem vistas à longa distância, os grafites eram pequenos e precisavam ser vistos de perto. Sulcados nas paredes com um estilete (em latim *graphium*), os grafites produziam uma relação distinta com o público: eram pessoais e o leitor tinha que se aproximar da parede para poder enxergá-los, gerando assim uma forma de comunicação bastante particular e acessível a todos que conheciam as normas básicas do latim.

Os locais nos quais eram escritos variavam bastante e poderiam ser desde ambientes fechados até em paredes externas ou colunas nas entradas das casas. Impulsivo, imediato e espontâneo, o grafite é um registro singular que marca um momento específico ou uma necessidade pessoal de deixar

registrado um sentimento, tornando-se, portanto, fonte de inestimável valor para o estudo dos anseios e paixões cotidianas de homens e mulheres comuns.

Os grafites têm sido sistematicamente estudados por alguns pesquisadores brasileiros e têm propiciado leituras mais diversificadas do universo popular pompeiano, das relações entre homens e mulheres, suas aspirações, desejos e sonhos (FUNARI, 1986; 1989; 2003a; 2003b; 1992; 2001; FEITOSA, 2005; GARRAFFONI, 2005; 2007a; 2007b; 2007c). Esses grafites, registrados no *CIL* (*Corpus Inscriptionum Latinarum*) e disponíveis na íntegra na biblioteca da Unicamp, constituem rica documentação e sua leitura proporciona o contato com temas os mais diversificados possíveis: as percepções sobre os combates de gladiadores, as corridas de circo, as caçadas (GARRAFFONI, 2005), as críticas a políticos locais ou mesmo ao imperador (FUNARI, 2001), jogos de adivinhações, poesias dos mais diversos temas (FUNARI, 1989), além de expressões de cunho sexual (FEITOSA; FAVERSANI, 2003; FEITOSA, 2004; 2005). Estas inscrições permitem acesso a temas pouco discutidos na historiografia tradicional, desde o cotidiano de pequenos proprietários, produtores, trabalhadores, como a percepção dos sentimentos daqueles que viviam ou passavam por Pompeia e propiciam a aproximação mais dinâmica do cotidiano da cidade.

Além disso, por estarem disponíveis no Brasil, por meio do *CIL*, essas inscrições, mesmo que fragmentadas, têm chamado a atenção de estudiosos interessados em tratar de temas menos convencionais. Neste contexto, grafites formam um *corpus* de documentos muito particular que, analisados em seus contextos, proporcionam uma visão mais ampla das formas de vivência durante o início do Principado. Como não se restringem às percepções da elite romana, as paredes de Pompeia ajudam a romper os modelos normativos, questionam cânones e permitem acesso a temas considerados tabu em nossa sociedade moderna, como a sexualidade. Essas inscrições, em sua imediaticidade, nos fazem pensar nas diferentes formas de vidas e relações, nos conflitos e discussões, nas afetividades, amores, nas vivências da sexualidade, nas ironias e críticas políticas, indicam possibilidades de novas leituras sobre o cotidiano romano e desafiam nosso entendimento do passado, buscando meios alternativos para que seja explorada a diversidade das experiências humanas.

Considerações finais

A partir destas breves considerações sobre os grafites de Pompeia, é possível perceber como a

⁴Sabemos dos últimos dias de Pompeia por meio das cartas de Plínio o Jovem. Para alguns comentários sobre a explosão do Vulcão e a tentativa de fuga dos habitantes da região (FEITOSA, 2005).

cultura material, expressa aqui pela parede como suporte de expressão popular, propicia um estudo da sociedade romana em seus múltiplos aspectos. A distribuição dos grafites pela cidade expressa a relação dos romanos com os espaços públicos e privados, além de apontar alguns temas de seu cotidiano, possibilitando novas leituras sobre a história urbana da cidade. Neste sentido, as paredes de Pompeia e seus grafites ajudam a pensar a espacialidade e, também, as maneiras menos convencionais de lidarmos com a escrita, gerando interpretações mais dinâmicas do mundo romano e, portanto, uma boa ferramenta de reflexão para pensarmos a diversidade nas escolas brasileiras. Assim, lembrando das afirmações de Ucko (1995), defendemos que a análise da cultura material permite a captura de aspectos particulares do passado e a construção de modelos teóricos menos excludentes. Nesta perspectiva, pensar a cultura material significa abrir outras possibilidades de produção de conhecimento e de reflexão social em âmbitos acadêmicos ou escolares.

Se considerarmos a profunda desigualdade social que assola o país, acreditamos que esse tipo de abordagem e sua divulgação, a partir de publicações e cursos de especialização para professores da rede de ensino, são fundamentais para construirmos uma base mais sólida para o debate sobre a cidadania e as diferenças étnicas e sociais. Enfatizar a diversidade e as múltiplas abordagens ajuda a construir políticas educacionais com ênfase nos direitos humanos e no reconhecimento das diferenças (étnicas, sociais ou sexuais), permitindo-nos produzir visões críticas tanto do passado antigo como do presente em que estamos inseridos. Ao formar novos lugares de reflexão, é possível despertarmos empatia pelo tema estudado em jovens com diferentes formações e estimular meios de diálogo entre passado e presente, não como mera herança ou continuidade, mas como outras formas de viver.

Agradecimentos

Agradecemos a Geza Alföldy, Cláudio Umpierre Carlan, Lourdes Conde Feitosa e Richard Hingley. Mencionamos o apoio institucional do Departamento de História da UFPR, do Departamento de História e do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp, do CNPq e da Fapesp. A responsabilidade pelas ideias restringe-se aos autores.

Referências

ALFÖLDY, G. **A história social de Roma**. Lisboa: Presença, 1989.

BOWMAN, A. K.; WOOLF, G. **Literacy and power in the ancient world**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

CARLAN, C. U. Numismática/Documento/Arqueologia: a cultura material e o ensino da História. **Cadernos de história**, v. 1, p. 5-28, 2006a.

CARLAN, C. U. Numismática: “lendo” a moeda como fonte histórica. Um documento alternativo. **Revista eletrônica História e História**. 2006b. Disponível em: <www.historiachistoria.com.br>. Acesso em: 10 out. 2008.

CARLAN, C. U. Poder, imagem e arqueologia: a iconografia monetária e o exército romano. **Revista de História da Arte e Arqueologia**, v. 6, p. 7-14, 2007.

CARLAN, C. U. O Museu Histórico Nacional e as Moedas de Constantino I. **História Revista**, v. 12, p. 177-403, 2008.

FEITOSA, L. C. **Amor e sexualidade**: o masculino e o feminino em grafites de Pompéia. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.

FEITOSA, L. M. G. C. Amor y sexualidad en el universo popular pompeyano. **Revista Habis**, v. 35, p. 285-290, 2004.

FEITOSA, L. M. G. C.; FAVERSANI, F. Sobre o feminino e a cidadania em Pompéia. **Pyrenae**, v. 3-4, p. 251-257, 2003.

FUNARI, P. P. A. Cultura(s) dominante(s) e cultura(s) subalterna(s) em Pompéia: da vertical da cidade ao horizonte do possível. **Revista Brasileira de História**, v. 13, n. 7, p.33-48, 1986.

FUNARI, P. P. A. **Cultura popular na antiguidade clássica**. São Paulo: Contexto, 1989.

FUNARI, P. P. A. Caricatura gráfica e o ethos popular em Pompéia. **Clássica**, p. 117-137, 1992. (suplemento 1).

FUNARI, P. P. A. Cidadania, erudição e pesquisas sobre a Antiguidade Clássica no Brasil. **Boletim do CPA**, n. 3, p. 83-97, 1997.

FUNARI, P. P. A. Riso e poder nas paredes pompeianas: palavras, desenhos e críticas. In: FUNARI, P. P. A.; BENOIT, H. (Org.). **Ética e política no mundo antigo**. Campinas: IFCH, 2001. p. 117-132.

FUNARI, P. P. A. **A vida quotidiana na roma antiga**. São Paulo: Annablume, 2003a.

FUNARI, P. P. A. O pensamento popular nas inscrições parietais pompeianas. **Boletim do CPA**, n. 16, p. 101-117, 2003b.

FUNARI, P. P. A. A renovação da História Antiga. In: KARNAL, L. (Org.). **História na sala de aula**: conceitos práticos e propostas. São Paulo: Contexto, 2006.

FUNARI, P. P. A.; GARRAFFONI, R. S. História Antiga na sala de aula. **Coleção Textos Didáticos**, n. 51, 2004.

GARRAFFONI, R. S. **Gladiadores na Roma Antiga**: dos combates às paixões cotidianas. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.

GARRAFFONI, R. S. Felicitas Romana: felicidade antiga, percepções modernas. **História. Questões e Debates**, v. 46, p. 13-29, 2007a.

GARRAFFONI, R. S. Arte Parietal de Pompéia: Imagem e cotidiano no mundo romano. **Domínios da Imagem**, n. 1, p. 149-161, 2007b.

GARRAFFONI, R. S. Rixa no anfiteatro de Pompéia: o relato de Tácito e os grafites parietais. **História Revista**, v. 12, n. 2, p. 241-251, 2007c.

GARRAFFONI, R. S. Arqueologia e História: a busca por um diálogo. In: OLIVEIRA, T. (Org.). **Antiguidade e medievo**: olhares históricos-filosóficos da educação. Maringá: Eduem, 2008. p. 49-60.

GONÇALVES, C. R. Periferia sem centro: fantasmas e micropoderes no ensino e pesquisa universitários. **Boletim do CPA**, n. 3, p. 99-110, 1997.

HINGLEY, R. **Globalizing Roman Culture**: unity, diversity and empire. London: Routledge, 2005.

LÉVI-STRAUSS, C. **História e etnologia**: textos didáticos. Campinas: Gráfica IFCH, 2004.

UCKO, P. Archaeological interpretation in a world context. In: HODDER, I. (Ed.). **Theory in archaeology**: a world perspective. Londres: Routledge, 1995. p. 1-27.

Received on February 24, 2010.

Accepted on March 9, 2010.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.